

## SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

### **RELATÓRIO: TEMA I – FRONTEIRAS E SEGURANÇA NACIONAL**

#### **1º PAINEL**

Realizado no dia 24 de maio de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, o **1º Painel** do ciclo de audiências públicas destinadas a debater o tema “Fronteiras e Segurança Nacional”. O encontro contou com os seguintes convidados:

1. **Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira**– Subchefe de Operações da Chefia de Preparo e Emprego, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
2. **Sr. Glauco Costa de Moraes** – Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);
3. **Sr. Oslain Campos Santana** – Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal;
4. **Conselheiro Luiz Maria Pio Corrêa** – Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais.

O **Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira** iniciou sua exposição explicando que a faixa de fronteira consiste numa porção de terra de 150 quilômetros, abrangendo 588 municípios e estendendo-se por aproximadamente 17 mil quilômetros, considerada fundamental para a defesa do território nacional e submetida a regime jurídico diferenciado fundado no binômio segurança e desenvolvimento.

Explicou que a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 traça diretrizes estratégicas fundadas em três eixos estruturantes: monitoramento e controle; mobilidade; e presença.

Apontou que há uma concentração de problemas com atividades ilícitas, especialmente o narcotráfico, em quatro dos dez países com os quais o Brasil faz fronteira: Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai.

O palestrante enumerou os reflexos do narcotráfico para o Brasil na faixa de fronteira: a) crimes conexos; b) o Brasil como eixo de escoamento e atualmente como consumo também; c) o aumento da violência; d) prejuízos à saúde pública; e) cooptação das Forças Armadas e órgãos de segurança pública presentes na faixa; e f) o emprego das Forças Armadas na segurança dessa faixa. Além disso, destacou que há um grande inter-relacionamento entre as organizações criminosas dedicadas ao narcotráfico e as ligadas ao tráfico de armas e de munição, com desdobramentos em vários outros crimes.

O Major-Brigadeiro chamou atenção ao fato de que o emprego das Forças Armadas nesse processo tem amparo na Política de Defesa Nacional, que também estabelece que “a vivificação, política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento, aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil.

Listou, então, as principais ações desenvolvidas pelas Forças Armadas: vigilância nas faixas de fronteiras por meio de patrulhamentos aéreos, terrestres e fluviais; estabelecimentos de postos de bloqueio na calha dos rios e nas principais rodovias; operações especiais; atividades logísticas e de comunicações; ações cívico-sociais; e a integração e coordenação com outros órgãos de segurança pública, agentes de saúde e organizações não-governamentais em apoio às populações da área de fronteira.

Apresentou o projeto de integrar os centros regionais, os comandos militares, as brigadas, os batalhões, as companhias, os pelotões especiais de fronteira e até as patrulhas realizadas em um único comando, que vai ser desenvolvido no Comando de Operações Terrestres do Exército, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON.’

Mostrou também o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro – SISDABRA, que é totalmente interligado, com visualização central em Brasília

e supervisionado por um órgão central – o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro. Logo após, passou a comentar a cobertura de radar brasileira, em especial na fronteira. O Major-Brigadeiro demonstrou então que não há nenhuma parte do espaço aéreo brasileiro sem cobertura de radar.

Salientou que o Brasil tem acordos de defesa aeroespacial com quase todos os países vizinhos, e que desenvolve operações conjuntas com a maior parte desses.

Encerrando sua exposição, apresentou perspectivas para o futuro, centradas no funcionamento do SISFRON, do SISDABRA e do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – SisGAAz integrados através de satélite geostacionário brasileiro conferindo ao país um sistema de comando e controle total e integrado sobre a Amazônia Verde, a Amazônia Azul e o espaço aéreo nacional. Por fim, enfatizou que essa perspectiva já está prevista na estratégia nacional de defesa, que já está em curso sua implementação e que isso vai ser uma realidade até 2025.

**O Sr. Oslain Campos Santana**, iniciou sua exposição destacando a grande extensão da fronteira brasileira, de 16.886 quilômetros, e comparando-a com a extensão da fronteira entre Estados Unidos da América e México, de 3.141 quilômetros. Da comparação, notou que mesmo os EUA não conseguem ali impedir o acontecimento de crimes transnacionais.

Ainda sobre o assunto, apresentou outros dados sobre a fronteira brasileira: faixa de 150 quilômetros com 7.363 km de linha seca e 9.523 km de rios, lagos e canais, espalhada por 11 estados e 588 municípios e habitada por 10 milhões de brasileiros. Quanto aos países limítrofes, chamou atenção ao fato de que o Brasil faz fronteira com os três maiores produtores mundiais de cocaína – Colômbia, Peru e Bolívia – e o segundo maior produtor mundial de maconha – o Paraguai.

Em seguida, enumerou os crimes mais comuns na área: tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando e descaminho, tráfico de pessoas, crimes financeiros, sonegação fiscal, exportação ilegal de veículos e crimes ambientais.

Quanto às organizações criminosas que atuam na região, explicou que já estão há muito tempo estabelecidas, 30 a 40 anos. Notou também que essas organizações iniciaram praticando contrabando e descaminho, mas hoje são dedicadas ao tráfico de drogas e de armas.

Sobre o *modus operandi*, apontou que o crime organizado utiliza aviões, embarcações e veículos terrestres. Em seguida, listou os vários métodos utilizados no transporte terrestre: o tráfico “formiga”, a travessia simples, o método de saturação, o uso de batedores, a camuflagem em cargas lícitas e a corrupção de agentes públicos.

Já na região amazônica, especificou que o fluxo criminoso se dá quase que exclusivamente pelos rios. A utilização de aeronaves em ações criminosas, antes comum, foi reduzida significativamente por ações da Aeronáutica brasileira.

O palestrante identificou as fronteiras com o Paraguai, Bolívia e Peru, exatamente porque a atividade criminosa aí é destinada ao maior mercado consumidor do Brasil, as regiões Sul e Sudeste, com 75% do PIB nacional e 60% da população total. A Amazônia é utilizada pelos criminosos mais como corredor para a Europa do que como destino dos produtos ilícitos.

Em seguida, passou a tratar das estratégias de enfrentamento aos crimes transnacionais, enumerando-as: o uso de inteligência da Polícia Federal; a Operação Sentinela, uma operação permanente que começou em março de 2010 em toda a fronteira, feita em conjunto pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Força Nacional de Segurança Pública, Receita Federal, Polícias Estaduais e Forças Armadas; integração com as Forças Armadas e os órgãos de segurança estaduais; erradicação das plantações de maconha no território paraguaio e das plantações de coca no Peru e na Bolívia; cooperação internacional com os países vizinhos, inclusive com o aumento de oficiais de ligações; priorizar a destinação de recursos materiais; capacitação de policiais lotados na fronteira; priorizar a lotação de novos policiais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal nas áreas de fronteira; investimento em tecnologia; padronização dos meios de comunicação da PF, PRF e polícias estaduais em atuação nas fronteiras; uso de sistema de monitoramento por imagens dos principais pontos de ingresso no Brasil; aquisição de *scanners* veiculares para as rodovias; e melhoria dos prédios da PF e PRF nas fronteiras.

Noticiou ainda o plano de aquisição de 14 veículos aéreos não tripulados – VANTs, sendo que dois já foram adquiridos e se encontram em fase de teste. Mencionou também o aumento do efetivo da PF na região, fruto de medida de gestão para priorizar recursos humanos e materiais para a fronteira.

Exposto isto, o Sr. Oslain Santana passou a apresentar propostas de ações mediatas e imediatas: continuação da Operação Sentinela; concentração do efetivo da PF nos sete estados que apreendem 70% da droga no país – Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e São Paulo; preenchimento de 3.500 cargos vagos da PF, o que é, inclusive, uma determinação do Tribunal de Contas da União; concursos anuais; formação de 300 policiais especialistas em combate ao narcotráfico; e criação da premiação de fronteira, um incentivo salarial para a região de fronteira.

Apresentou medidas concretas para solucionar a questão do financiamento das ações da Polícia Federal, medidas que, em grande parte, viriam de resultados já alcançados pelo órgão.

Assim, mostrou que anualmente são arrecadados cerca de 380 milhões de reais em taxas por serviços da PF. Esses recursos, que compõem o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL, deveriam, por determinação legal, serem aplicados na PF, mas precisam antes serem descontingenciados. Na mesma situação, pontuou, estão os recursos destinados por lei à fiscalização de produtos químicos.

Ainda para melhorar o financiamento da PF, afirmou a necessidade de aceleração dos leilões de bens. Segundo seus cálculos, anualmente apreende-se, na repressão ao tráfico de drogas, de 100 a 150 milhões de reais em bens. Esses bens só são leiloados depois de muito tempo, quando já perderam muito de seu valor. Para tanto, asseverou que é preciso melhorar a estrutura da Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD e interagir com o Conselho Nacional de Justiça e com o Conselho Nacional do Ministério Público para a realização antecipada dos leilões. Apontou, por fim, que também os bens imóveis precisam ser leiloados, o que hoje não acontece.

Concluindo, enfatizou o emprego de técnicas especiais de investigação no combate ao crime organizado, com foco no patrimônio obtido ilegalmente e na neutralização das organizações criminosas. Além disso, destacou a necessidade de: maior cooperação internacional; maior cooperação entre os órgãos nacionais; legislar sobre crimes organizados e técnicas especiais de investigação da base de ativos; e, finalmente, ação integrada permanente nas fronteiras, com previsão de dotação orçamentária específica e plurianual para todos os partícipes.

O Sr. **Glauco Costa de Moraes** inicialmente julgou que o problema da fronteira já havia sido delimitado suficientemente pelos palestrantes anteriores, pelo que disse que seu relato seria direcionado para a estrutura e a atuação da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN na fronteira.

Assim, passou a mostrar que a estrutura geral da agência é composta por uma sede em Brasília; por superintendências em cada capital do país, sendo que estas são de dois tipos, um maior e um menor em termos de efetivo e estrutura; e por subunidades na região de fronteira.

Lembrando da exposição anterior, diferenciou as atividades de inteligência da ABIN das da Polícia Federal. De acordo com o palestrante, a inteligência policial busca provas, enquanto que a da agência busca informações para nortear a tomada de decisões do destinatário da inteligência.

Segundo o expositor, essas subunidades atualmente têm problemas de falta de pessoal. Esses problemas, continuou, são mitigados por “operações exploratórias”, em que uma equipe é mandada para verificar um determinado problema e fica no local apenas o tempo suficiente para buscar dados e produzir informações suficientes para a elaboração de um relatório de inteligência.

Além da operação exploratória, mencionou também a exploração sistemática, que requer um tempo maior de permanência e geralmente é realizada por uma equipe. Isso demanda um custo bem maior do que o da operação explanatória, disse.

No exterior, revelou que a ABIN tem três postos, uma na Colômbia, um na Venezuela e um na Argentina. Mas ressaltou que já há um programa para a ampliação dessa presença para, pelo menos, todos os países que fazem fronteira com o Brasil. O palestrante destacou que essa expansão depende, no momento, de entendimento com o Ministério das Relações Exteriores, e que o trabalho desenvolvido por agentes da agência é específico, não se confunde com o do órgão diplomático.

O Sr. Glauco Costa de Moraes afirmou, no entanto, que a atuação da agência na fronteira será reforçada, em razão de determinação presidencial. Mencionou que há planos de elevar subunidades à condição de agências, além de planos de alocação de mais pessoal para a região. Enfatizou que não há dúvidas de que a agência deve intensificar o trabalho na fronteira, mas lembrou

que é necessário que haja recursos para isso. Lamentou, então, os cortes de verbas para a ABIN.

O palestrante registrou também que há muita troca de informações entre a ABIN e os órgãos parceiros do Sistema Brasileiro de Inteligência, e notou que a cooperação com esses outros órgãos tem evoluído muito nesse governo.

Mencionou, ainda, que a ABIN participa de vários fóruns de discussão com países vizinhos, onde se troca informações sobre tópicos como narcotráfico, terrorismo, segurança nuclear, entre outros.

Finalizando, disse precisar de mais recursos, de um concurso público voltado para a fronteira e de uma periodicidade mais curta entre concursos públicos.

O **Sr. Luiz Maria Pio Corrêa** explicou inicialmente que o Itamaraty trabalha todos os temas sempre na dimensão política, assim também é quanto aos crimes transnacionais. Destacou que a interlocução do órgão é feita normalmente de governo a governo, tanto no plano bilateral, como no plano multilateral.

Mencionou que o órgão atua na coordenação de diversas áreas do governo em relação aos crimes transnacionais, além de promover a cooperação entre as nações, identificando problemas comuns que possam ser trabalhados em conjunto.

Disse que, na estrutura do Itamaraty, o tema dos crimes transnacionais é tratado pela Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais, onde o trabalho é dividido entre ilícitos financeiros, terrorismo e tráfico.

Explicou também que o Ministério das Relações Exteriores não é uma unidade operativa de fronteira, não cuida diretamente da segurança na fronteira, mas ajuda a promover a cooperação entre os países, o que tem reflexo na segurança das fronteiras.

De acordo com o palestrante, o MRE tem uma rede de consulados próximos das fronteiras que tratam principalmente do bem-estar das populações locais e das questões de fluxo de comércio, de imigração, de viagens, turismo, porém não diretamente com a área de segurança. Ainda assim, lembrou que são

unidades do Itamaraty sensíveis aos assuntos de segurança e que informam as suas embaixadas e Brasília.

Antes de concluir, falou que o Itamaraty tem, cada vez mais, abrigado em suas embaixadas adidanças de inteligência, além de dar apoio a oficiais de ligação.

Por fim, enfatizou que o Itamaraty é um facilitador de operações, preocupado, sobretudo, com questões políticas. Não atua no nível operacional, mas procura ser facilitador nas questões relativas à segurança nacional.

## **2º PAINEL**

Realizado no dia 07 de junho de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, o **2º Painel** do ciclo de audiências públicas destinadas a debater o tema “Fronteiras e Segurança Nacional”. A reunião contou com a presença do Sr. Juarez Pinheiro – Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

**O Sr. Juarez Pinheiro, Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, iniciou sua exposição destacando que, para a análise do tema fronteiras e segurança nacional, é necessário antes analisar a questão da segurança pública no país.

O palestrante afirmou que segurança pública é um tema relevante a todos os países, e que, nos últimos anos, tem sido crescentemente tratado sobre um enfoque transnacional.

Destacou a grande relevância da segurança pública para o Brasil, país onde ocorrem 51 mil homicídios por ano, cifra que o coloca em 2º lugar em termos absolutos e 6º em relativos no ranking de países com mais homicídios.

Afirmou que o modelo tradicional de combate à violência utilizado no país, que adota uma postura puramente reativa em relação aos crimes, não tem funcionado. Citou, então, o crescimento significativo da violência entre os anos de 1998 e 2008.

O Sr. Juarez Pinheiro afirmou a necessidade de adoção de um modelo proativo que combine a repressão ao crime com a solução das condições sócio-culturais que lhe dão causa. Lembrou que os países que adotaram um modelo proativo tiveram mais sucesso no combate à violência.

Explicou que a questão da segurança pública deve ser tratada de forma sistêmica e integrada, com a colaboração de todos os poderes e de todos os entes federativos. Salientou, em especial, a necessidade de maior participação dos municípios.

Concluiu afirmando que não há solução única para a segurança das fronteiras do país, em razão de suas diferenças, mas reforçou a necessidade de um enfoque integrado e sistêmico no tratamento da questão. Citou como exemplo um esforço concentrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, os municípios fronteiriços daquele estado e a Polícia Federal que conseguiu reduzir significativamente o roubo de gado na região.

### **3º PAINEL**

Realizado no dia 14 de junho de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, o **3º Painel** do ciclo de audiência públicas destinado a debater o tema “Fronteiras e Segurança Nacional”. O encontro contou com os seguintes convidados:

1. **Sr. Marcos Roberto Marques da Silva** – Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá;
2. **Sr. Zulmar Pimentel dos Santos** – Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas;
3. **Coronel José Roberto Damasceno** – Chefe do Escritório de Projetos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará;
4. **Sr. Ildor Reni Graebner** – Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre;
5. **Sr. Marcelo Nascimento Bessa** – Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia; e
6. **Sr. Alexandre Bustamonte** – Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

O **Sr. Marcos Roberto Marques da Silva** inicialmente agradeceu e elogiou a iniciativa da subcomissão de realizar este ciclo de audiências públicas. Em seguida, comentou o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado no início de junho pela Presidenta Dilma Rousseff. Afirmou que o plano representa importante avanço à segurança das fronteiras.

Enfatizou, no entanto, que o plano deveria considerar maior participação das forças de segurança estaduais. Segundo o expositor, os estados têm pessoal treinado especificamente para a atuação em áreas de fronteira e com experiência em lidar com as peculiaridades locais. Além disso, continuou ele, as forças estaduais são capazes de atuar de forma integrada com os órgãos do Governo Federal, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas.

O **Sr. Zulmar Pimentel dos Santos** começou sua exposição apontando a relevância e a complexidade do tema da segurança nas fronteiras. Destacou que esta complexidade é ainda maior para os estados da região norte, e dentre estes, para o Estado do Amazonas.

Tratou, então, do Plano Estratégico de Fronteiras, que considerou muito bem concebido, especialmente no tocante à integração das forças de segurança pública.

Lembrou que o Governo Federal concedeu prazo aos estados para que apresentassem planejamento que os adequasse à estratégia federal. Sobre isso, apontou que o Estado do Amazonas já preparava seu plano. De acordo com o palestrante, a maior preocupação de seu estado era com o combate ao narcotráfico, principalmente por meio de patrulhamento fluvial realizado por lanchas.

Destacou, por fim, que, em recente reunião, os Secretários de Segurança Pública da Amazônia já haviam tomado a iniciativa de elaborar documento identificando as diretrizes e necessidades comuns àqueles estados. Além disso, noticiou a adoção, na mesma reunião, de medidas destinadas a intensificar a colaboração entre aqueles estados.

O **Coronel José Roberto Damasceno** explicou que a área fronteira no Estado do Pará é desabitada, o que agrava o problema de torná-la segura. Apontou que as sedes dos três municípios fronteiriços são distantes mais de 450 quilômetros da linha da fronteira. Além disso, continuou, o terreno próximo à fronteira é extremamente acidentado e só é povoado ao longo de alguns rios. Por

isso, apontou que a ocupação efetiva destas áreas pelo poder público demandaria investimentos em infraestrutura além da capacidade do governo estadual.

O palestrante reforçou a opinião de que os estados contam com pessoal já treinado, adaptado às condições locais e capaz de estabelecer presença mais duradoura nas áreas de fronteira. Por isso, expressou preocupação quanto ao Planejamento Estratégico de Fronteiras não perceber o valor adequado destas forças.

**O Sr. Alexandre Bustamonte** observou que as fronteiras são objeto de atenção recorrente durante a história brasileira e que, atualmente, a atenção recai sobre o controle da criminalidade e a ocupação do território.

Citou esforços do Estado de Mato Grosso em garantir a segurança da fronteira com a criação do Grupo Especial de Fronteira – GEFRON e de postos de controle na fronteira. Mencionou que o GEFRON conta com o apoio da população local, tem batido recordes de apreensão de drogas e de armas a cada ano e já contribui até para a valorização das terras próximas.

Todavia, também apontou dificuldades. Disse que o principal acesso ao país é uma rodovia federal na qual não há patrulhamento da Polícia Rodoviária Federal. Ademais, o estado tem novecentos quilômetros de fronteira seca e apenas uma delegacia da Polícia Rodoviária Federal. Há também duzentos quilômetros de fronteira em áreas alagadiças que não são patrulhadas por ninguém. Apontou, por fim, a escassez de recursos e de homens para área tão extensa.

**O Sr. Ildor Reni Graebner** apontou que as forças de segurança do Estado do Acre só dispõem de homens suficientes para apoiar as forças federais em apenas um dos três principais pontos de fiscalização da fronteira.

O palestrante afirmou esperar que, após o Planejamento Estratégico de Fronteiras, os órgãos federais assumam o controle e o patrulhamento de toda a área de fronteira, liberando o efetivo estadual para trabalhar as questões de segurança pública do estado. Neste campo, mencionou ações continuadas e integradas das polícias civil e militar que conseguiram reduzir pela metade o número de homicídios no estado.

Além da falta de pessoal, citou a falta de equipamentos, especialmente veículos tracionados e barcos, e de infraestrutura de comunicação como principais dificuldades dos órgãos de segurança do Acre.

Por fim, disse que a Secretaria de Segurança Pública mantém boas relações com os países vizinhos, contando, inclusive, com a colaboração deles no combate ao crime transfronteiriço.

O **Sr. Marcelo Nascimento Bessa** destacou que a fronteira do Estado de Rondônia é totalmente fluvial, o que exige abordagem específica e reforça a necessidade de a União ouvir as sugestões dos estados para o Planejamento Estratégico de Fronteiras.

O Secretário de Segurança apontou o narcotráfico como principal preocupação do estado na segurança das fronteiras, sendo o Estado de Rondônia um dos portais de entrada da cocaína boliviana. Além desse, citou também os crimes de exploração sexual infanto-juvenil, contrabando e descaminho, crimes ambientais, refúgio de criminosos, roubo de cargas e de veículos e tráfico de armas e de munições.

Salientou que a faixa de fronteira no estado possui 1.342 quilômetros de extensão e três pontos principais de acesso. Esta faixa, continuou, é guarnecida por duas unidades do exército e vários postos das polícias civil e militar. Destacou também que os índices de criminalidade na faixa de fronteira são mais elevados do que no restante do território.

O palestrante apontou como uma das medidas mais efetivas da Secretaria de Segurança Pública a criação de gerência específica para a segurança da fronteira, coordenando ações integradas das polícias civil e militar e de outros órgãos estaduais e federais.

Expressou, por fim, preocupação quanto à medida do governo boliviano de regularizar todos os carros daquele país, tendo em vista a possibilidade de aumento da evasão de veículos furtados para a Bolívia.

É o relatório.

Sala das Sessões, em 05 de julho de 2011.

**Senador MOZARILDO CAVALCANTI**

Presidente da CREPAFF